

## LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DOS RESÍDUOS HOSPITALARES

### **Resíduos Hospitalares**

#### Legislação Nacional

##### **Despacho Conjunto dos Ministérios do Ambiente e Saúde nº761/99 de 31 de Agosto**

Aprova o Plano Estratégico Sectorial dos Resíduos Hospitalares (PERH)

##### **Portaria n.º 174/97 de 10 de Março**

Estabelece as regras de instalação e funcionamento de unidades ou equipamentos de valorização ou eliminação de resíduos perigosos hospitalares, bem como o regime de autorização da realização de operações de gestão de resíduos hospitalares

##### **Portaria n.º 178/97 de 11 de Março**

Aprova o modelo de mapa de registo de resíduos hospitalares

##### **Despacho n.º 242/96 de 5 de Julho do Ministério da Saúde**

Estabelece normas de gestão e classifica os resíduos hospitalares

### **Resíduos**

#### Legislação Nacional

##### **Portaria nº209/2004 de 3 de Março**

Aprova a lista que abrange todos os resíduos, designada por Lista Europeia de Resíduos (LER) e define as operações de valorização e de eliminação de resíduos

##### **Portaria nº961/98 de 10 de Novembro**

Estabelece os requisitos a que deve obedecer o processo de autorização prévia da operação de gestão de resíduos

##### **Decreto-Lei nº411/98 de 30 de Dezembro**

Estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres, bem como de alguns desses actos relativos a ossadas, cinzas, fetos mortos e peças anatómicas, e ainda da mudança de localização de um cemitério

##### **Decreto-Lei n.º239/97 de 9 de Setembro**

Estabelece as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos

##### **Despacho do Ministério da Justiça nº9/SEJ/97 de 22 de Abril**

Aprova o regulamento de classificação e tratamento dos resíduos médico-legais

## **Legislação Comunitária**

### **Decisão 2001/119/CE, da Comissão, de 22 de Janeiro**

Altera a Decisão 2000/532/CE que substitui a Decisão 94/3/CE, que estabelece uma lista de resíduos em conformidade com a alínea a) do artigo 1º da Directiva 75/442/CEE do Conselho, relativa aos resíduos, e a Decisão 94/904/CE do Conselho, que estabelece uma lista de resíduos perigosos em aplicação do n.º 4 do artigo 1º da Directiva 91/689/CEE do Conselho, relativa aos resíduos perigosos

### **Resolução 97/C 76/01, do Conselho, de 24 de Fevereiro**

Relativa à estratégia comunitária de gestão de resíduos

### **Directiva 94/31/CEE, do Conselho, de 27 de Junho**

Referente a resíduos perigosos

### **Directiva 91/156/CEE, do Conselho, de 18 de Março**

Referente a resíduos

### **Resolução 90/C 122/02, do Conselho, de 07 de Maio**

Referente a política de resíduos

## **Transporte de resíduos em território nacional**

### **Legislação Nacional**

#### **Portaria n.º 335/97 de 16 de Maio**

Fixa as regras a que fica sujeito o transporte de resíduos dentro do território nacional

#### **Despacho n.º 8943/97, do Instituto dos Resíduos, de 9 de Outubro**

Identifica as guias a utilizar para o transporte de resíduos, em conformidade com o artigo 7º da Portaria n.º 335/97

## **Movimento transfronteiriço de resíduos**

### **Legislação Nacional**

#### **Aviso n.º 229/99, de 7 de Dezembro**

Torna público terem sido aprovadas para ratificação as Decisões III/1 e IV/9, que alteram a Convenção de Basileia

#### **Declaração de Rectificação nº 157/95, de 30 de Outubro**

Rectifica o Decreto-Lei nº 296/95, de 17 de Novembro que estabelece as regras de fiscalização e controlo das transferências de resíduos à entrada, no interior e à saída da Comunidade

**Decreto n° 37/93, de 20 de Outubro**

Aprova para ratificação, a Convenção de Basileia sobre controlo do movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e a sua eliminação

**Legislação Comunitária****Regulamento (CE) 1420/99, de 29 de Abril**

Estabelece regras e procedimentos comuns aplicáveis às transferências de determinados resíduos para certos países não membros da OCDE

**Regulamento (CE) 1547/99, de 12 de Junho**

Determina em conformidade com o Regulamento (CEE) n.º259/93 do Conselho, os processos de controlo a aplicar às transferências de certos tipos de resíduos para certos países onde não é aplicável a Decisão C92(39) Final da OCDE

**Decisão 99/816/CE, da Comissão, 24 de Novembro**

Adapta, em conformidade com o n.º1 do seu artigo 16º e o n.º3 do seu artigo 42º, os anexos II, III, IV, V do Regulamento (CEE) n.º 259/93 do Conselho relativo à fiscalização e ao controlo das transferências de resíduos no interior, à entrada e à saída da Comunidade

**Regulamento (CE) 120/97, de 20 de Janeiro**

Altera o Regulamento (CEE) n.º259/93 do Conselho que estabelece regras de fiscalização e controlo das transferências de resíduos no interior, à entrada e à saída da Comunidade

**Decisão 94/575/CE, da Comissão, 24 de Novembro**

Determina o processo de controlo previsto no Regulamento n.º259/93 no que diz respeito a certas transferências de resíduos para países não membros da OCDE

<b>Incineração</b>
--------------------

**Legislação Nacional****Decreto-Lei n.º 273/98 de 2 de Setembro**

Estabelece as regras a que fica sujeita a incineração de resíduos perigosos

Transpõe para o direito interno as disposições constantes na Directiva 94/67/CE, do Conselho, de 31 de Dezembro

**Legislação Comunitária****Directiva 2000/76/CE de 4 de Dezembro**

Estabelece as regras a que fica sujeita a incineração de resíduos

Revoga a Directiva 94/67/CE, do Conselho, de 31 de Dezembro

**Decisão 2000/345/CE, da Comissão, de 22 de Maio de 2000**

Estabelece a data em que pode começar a expedição de Portugal para a Alemanha de certos materiais destinados a ser incinerados, ao abrigo do n.º 6 do artigo 3.º da Decisão 98/653/CE

### **Decisão 97/283/CE, da Comissão, de 21 de Abril**

Estabelece as regras a que estão sujeitos os métodos harmonizados de medição, aplicáveis à concentração mássica de dioxinas e furanos nas emissões para a atmosfera, em conformidade com o n.º 2 do artigo 7º da Directiva 94/67/CE, relativa à incineração de resíduos perigosos

## **Qualidade do Ar**

### **Legislação Nacional**

#### **Decreto-Lei n.º 78/2004 de 3 de Abril**

Estabelece o regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera

#### **Decreto-Lei n.º 178/2003 de 5 de Agosto**

Estabelece limitações às emissões para a atmosfera de certos poluentes provenientes de grandes instalações de combustão

#### **Decreto-Lei n.º 276/99 23 de Julho**

Define as linhas de orientação da política de gestão da qualidade do ar

#### **Portaria n.º 125/97 de 21 de Fevereiro**

Altera a Portaria n.º 286/93, de 12 de Março, fixa os valores limites e os valores guias no ambiente para o dióxido de enxofre, partículas em dispersão, dióxido de azoto e monóxido de carbono, o valor limite para o chumbo e os valores guias para o ozono

#### **Portaria n.º 399/97 de 18 de Junho**

Altera a Portaria n.º 286/93, de 12 de Março, fixa os valores guia no ambiente para o dióxido de enxofre, partículas em suspensão, dióxido de azoto e monóxido de carbono o valor limite para o chumbo e os valores guia para o ozono

#### **Portaria n.º 286/93 de 12 de Março**

Fixa os valores limites e valores gerais no ambiente para o dióxido de enxofre, partículas em suspensão, dióxido de azoto e monóxido de carbono, o valor limite para o chumbo e os valores guias para o ozono

#### **Decreto-Lei n.º 352/90 de 9 de Novembro**

Estabelece o regime de protecção e controlo da qualidade do ar

### **Legislação Comunitária**

#### **Directiva do Conselho n.º 1999/30/CE de 22 de Abril**

Referente a valores-limite para o dióxido de enxofre, dióxido de azoto e óxidos de azoto, partículas em suspensão e chumbo no ar ambiente

#### **Directiva 88/609/CEE, do Conselho, de 24 de Novembro**

Estabelece os limites das emissões para a atmosfera de certos poluentes de grandes instalações de combustão

## Aterros

### Legislação Nacional

#### **Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio**

Estabelece o regime jurídico a que fica sujeito o procedimento para a emissão de licença, instalação, exploração, encerramento e manutenção pós-encerramento de aterros destinados à deposição de resíduos

### Legislação Comunitária

#### **Directiva 1999/31/CE, do Conselho, de 26 de Abril**

Estabelece as regras de deposição de resíduos em aterros

## Mercúrio

### Legislação Nacional

#### **Portaria n.º 744-A/99 de 25 de Agosto**

Aprova os programas de acção específicos para evitar ou eliminar a poluição proveniente de fontes múltiplas de mercúrio (resíduos de amálgama dentária com mercúrio, termómetros de mercúrio, pilhas e acumuladores contendo mercúrio e lâmpadas de descarga contendo mercúrio)

#### **Decreto-Lei n.º 52/99, de 20 de Fevereiro**

Estabelece os valores limite e os objectivos de qualidade para a descarga de mercúrio de sectores que não o da electrólise de cloretos alcalinos

### Legislação Comunitária

#### **Directiva 84/156/CEE, do Conselho, de 8 de Março**

Estabelece os valores limite e os objectivos de qualidade para a descarga de mercúrio de sectores que não o da electrólise de cloretos alcalinos

## Águas

### Legislação Nacional

#### **Decreto-Lei n.º 56/99 de 26 de Fevereiro**

Estabelece os valores limite e os objectivos de qualidade para a descarga de certas substâncias perigosas na água e solo

## **Poluição e Controlo Integrados da Poluição**

### **Legislação Nacional**

#### **Portaria n.º 1547/2001 de 1 de Setembro**

Aprova o modelo para o pedido de licenciamento ou de autorização das actividades abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 194/2000 de 21 de Agosto

#### **Decreto-Lei n.º 194/2000 de 21 de Agosto**

Referente à prevenção e controlo integrados da poluição

## **Avaliação de Impacte Ambiental**

### **Legislação Nacional**

#### **Portaria n.º 330/2001 de 2 de Abril**

Fixa as normas técnicas para a estrutura da proposta de definição do âmbito e normas técnicas para a estrutura do estudo de impacte ambiental

#### **Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio**

Aprova o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental